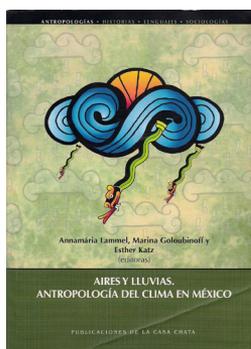


RESENE DE LIV

RESENHAS
DE LIVROS



DE VOLTA AOS QUATRO CAMPOS, A PARTIR DA COSMOLOGIA

Aires y lluvias. Antropología del Clima en México, editado por Annamária Lammel, Marina Goloubinoff e Esther Katz. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social/Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos (Publicaciones de la Casa Chata), 2008, 638 p.

Jane Felipe Beltrão. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA/UFGA. Pesquisadora do CNPq nível 1D

Tomar a sério a cosmologia que informa as práticas sociais das diversas sociedades humanas para “falar sobre” e/ou “tentar” dialogar com os povos indígenas e, também, com não-indígenas, compreendendo a dimensão do conhecimento nativo, faz-se necessário no campo da Antropologia. A tarefa, bem como a observação feita parecem óbvias, pois integram a iniciação de antropólogos em qualquer campo da

disciplina; entretanto, para conhecer os percursos da relação entre clima e sociedade, os cuidados devem ser redobrados, especialmente porque percepções, previsões e manipulações sobre o clima são indelevelmente marcadas pela compreensão do mundo, inclusive, em sociedades não-indígenas, que se acredita não mantêm uma sólida visão de mundo, pois para além das interações que produzem “mesclas” vive-se um processo de relações globalizadas avassaladoras. É certo, que nem sempre, nas etnografias, se trabalha profundamente a relação clima/sociedade, a não ser quando o objeto de estudo se volta a práticas agrícolas, crenças religiosas ou rituais que consideram a possibilidade de intervenção, mais direta, dos interlocutores sobre os “ares” (monções, ventos, tornados e furacões) e, as chuvas (chuviscos, chuvadas, borrascas, pancadas de chuva, chuva forte e até tormentas), mesmo sabendo o quanto elas são importantes no dia-a-dia da Amazônia.

As observações acima mencionadas ganham maior relevância quando se lê o trabalho editado por Annamária Lammel, Marina Goloubinoff e Esther Katz, denominado, *Aires y lluvias. Antropología del Clima en México*, que explora as diversas faces da relação entre sociedade e clima, produzida pelos agentes sociais pertencentes a diversos grupos, no passado ou no presente, no México, entre povos indígenas e não-indígenas, no mundo rural e no mundo urbano, abrigados em arcabouço teórico/empírico da Antropologia Social e da Arqueologia. O trabalho vem a público

alargando os conhecimentos sobre a importância das percepções acerca da “natureza” de ares e chuvas no cotidiano das sociedades, alimentando as possibilidades de alcançar as perspectivas relativas aos estudos sobre “entoclimatologia”, “etnometeorologia”, “etnoastronomia” que, por ora, são tarefas um tanto quanto secundárias, nos campos entrecruzados freqüentados pelos antropólogos, mas que produzem eco nas ciências exatas e agrônômicas¹.

O trabalho das editoras do precioso volume é alentado e se constitui em bibliografia de raro valor para – esgarçando os objetivos das organizadoras – compreender a relação dos humanos e os diversificados meio ambientes, abrangendo as relações mútuas de influência cultura/meio ambiente, avançando pelas nuances políticas, pois as práticas sociais interagem profundamente com a natureza e cinzelam, por exemplo, os padrões de estabelecimento de aldeias e moradias nos espaços territoriais ocupado pelas diversas sociedades. Situações, às vezes insuspeitas e pouco consideradas nos planos estratégicos e de desenvolvimento de vilas, cidades, hidrelétricas, entre tantos outros empreendimentos, pois os planejadores desconhecem o que pensam, por exemplo: os moradores de favelas nas encostas dos morros, ou de ribeirinhos localizados em áreas inundáveis, em grande parte do ano, alegando que as pessoas são “teimosas”, ignorando as relações situadas no espaço social dos lugares a partir dos habitantes.

Dividido em quatro partes, o livro contempla, inicialmente, *ritos e calendários* de

sociedades camponesas indígenas considerando o tempo que faz e o tempo que passa a partir de calendários climáticos, astronômicos, agrícolas e religiosos. Os autores estabelecem relações de complementaridade entre as estações do ano e os fundamentos da cultura mesoamericana, demonstrando as possibilidades de planejamento das atividades dos grupos estudados, consideram ainda a simbologia cromática das estações, os marcadores lingüísticos, as demandas e os agradecimentos às chuvas ou aos santos católicos. Muitos artigos podem ser lidos por leigos, como uma narrativa sobre as tradições com as quais se aprende e que ajudam a refletir sobre crenças que eram narradas por nossas velhas avós.

Em segundo lugar, o livro dedica-se à *percepção dos fenômenos meteorológicos*, quando os autores examinam criteriosamente, por intermédio da mitologia, da apreensão do espaço, correlacionando-os com os fenômenos meteorológicos específicos, mas sem separá-los dos demais fenômenos, embora a chuva, a terra e o sol se destaquem entre as representações nativas. Há uma preocupação com a dinâmica dos fenômenos e suas repercussões, sem descuidar das permanências de certas representações ao longo do tempo. Apontam, inclusive, as relações entre os fenômenos naturais e o corpo humano detendo-se nas possibilidades de perigo, especialmente para mulheres e na produção de enfermidades, apresentando “embricamentos”, talvez, insuspeitos!

Na terceira parte, o livro apresenta, ao leitor, a “capacidade” dos ares e das

chuvas em produzir *poder e castigo*. O poder é “oferecido” ou “obtido” pelos que conseguem controlar o clima por atos e palavras e até por meio de rituais. Os “controladores” indicam os preceitos a serem observados e a não observância dos mesmos “pode” contrariar as divindades que, “enviam” enfermidades que maltratam os membros das diversas sociedades da Mesoamérica, expressando assim seu descontentamento, infringindo severos castigos aos humanos.

Os danos ambientais e riscos climáticos constituem a parte final da obra e traz esclarecimentos sobre os “caprichos”, as “vontades” do clima que afeta os humanos e estão correlacionados ao manejo do meio ambiente nos séculos precedentes que terminam por imperícia dos humanos produzindo desastres ambientais. É imperioso observar a humanização da natureza, nos estudos realizados, pois os *aires e as lluvias* são apresentados como voluntariosos e vingativos. As repercussões do manejo inadequado se manifestam via secas, inundações e tornados que são percebidos de forma diferenciada pelos agentes sociais, usando para tal fonte históricas que analisam a gravidade do evento ponderando as condições sociais e discutindo o conceito de “vulnerabilidade diferencial” associado às noções de “capacidade de recuperação” e “estratégias adaptativas” demonstrando a ação dos agentes sociais frente aos desastres, alguns se deixam paralisar, mas após um breve período reagem e “refazem os percursos”. Os estudos fazem lembrar as populações

ribeirinhas na Amazônia, o rio cresce, o pânico se instala, os moradores se deixam levar pela defesa civil, mas depois despertam da letargia e voltam ao lugar de origem, refazendo casas, hortas, pomares, cultivos até que a próxima subida do rio os leve ao desespero outra vez. Por que retornam, por que preferem o ir e vir a cada enchente é algo que merece atenção, especialmente após ler a obra, ora resenhada. Os temas de pesquisa que, a forma de trabalhar dos autores do livro sugerem, no caso do Brasil, trariam contribuições inestimáveis, pois se estudaria a partir do ponto de vista dos nativos, auxiliando a aclarar as noções de pertença a espaços naturais “humanizados” pelos povos indígenas por exemplo. Refiro-me a relação dos povos indígenas com o Rio Xingu, considerado sagrado e alvo de cuidados especiais para não se voltar contra os humanos que por ventura o maltratam ou o ameace, como no caso da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte que provoca apreensão, não tanto pelo empreendimento em si, mas, especialmente, pela “ofensa” irremediável às águas e pela possibilidade de castigos diversos pelo desrespeito aos preceitos de interação homem/natureza. A “ofensa” pode despertar a “cobra grande” que se abriga no rio e a movimentação da entidade pode deslocar cidades, produzir catástrofes nunca antes experimentadas.

O trabalho é bom para pensar, especialmente, porque chega ao leitor acompanhado de ilustrações, algumas em detalhe, apresentando a produção de artefatos relacionados à cultura ma-

terial dos mexicanos, guardadas com patrimônio representativos das práticas estudadas. O que desperta o interesse de quem conhece um pouco a Amazônia e ouviu, em algum momento, as narrativas sobre as “caretas” de Santarém ou as “coisas de índio velho” de Altamira. Que embora morem no imaginário local, estão a merecer um trabalho de fôlego sobre os achados arqueológicos que contemplem as narrativas.

Os autores foram pródigos na produção de gráficos que apontam variações de temperatura e climáticas; precipitações pluviométricas; uso de recursos naturais, escassos ou abundantes, como a água; e respostas dos agentes sociais às intempéries que os acometem. Há, ainda, tabelas que contém previsões de tempo; sequências mitológicas que apreendem o clima; as correlações entre crenças, desastres agrícolas, repercussão de ciclones e outras intempéries. À disposição dos leitores há, também, detalhados mapas que permitem esquadriñar os terrenos sobre os quais se fala, permitindo uma visão espacial das observações feitas, pois os artigos se baseiam em trabalho de campo consistente que rompe as fronteiras da Antropologia e vai às ciências que estudam os fenômenos naturais, avaliando os dados da Mesoamérica, em comparação ou em relação, a situações fora do âmbito estudado, ampliando sobremaneira as interpretações globais, procedimento sempre desejável para compreender as correlações dentro da Latinoamérica e do Caribe.

Aparentemente, o trabalho não teria

maiores conexões com a realidade brasileira, pois trata do México, mas dividindo pelo ângulo da comparação, as semelhanças são enormes. No Brasil, como nos demais países sul-americanos e mesoamericanos, vivemos períodos de dominação colonial européia; há anos, pelo menos 500 anos, ou 10 mil anos se se considerar datações arqueológicas, se convive com povos transplantados (africanos e asiáticos); em nossos territórios; apesar do etnocídio, há povos indígenas; a tradição cristã judaica, nos “persegue” porque hegemônica e termina ofuscando o conhecimento e as formas de conceber o mundo de maneira nativa; portanto o diálogo está posto, guardadas as proporções parece adequado e pertinente. O livro possui mérito a mais, pode ser lido da forma que o leitor desejar; apesar da sequência oferecida pelas organizadoras, não hesite, leia, comece pelo fim, vá ao princípio, escolha os artigos pelo título que mais lhe chamar atenção, se surpreenda, é possível ler cada artigo de forma independente, são deliciosos, parecem narrativas “de encantaria”, como se chamam na Amazônia. As narrativas ou envolvem cosmovisões étnicas ou não, que nos fazem refletir, histórias que permitem conhecer e desvendar mistérios da natureza e a ação dos humanos sobre a natureza, bem como os limites que a natureza impõe como desafio aos humanos. Quebre o encanto de *aires e lluvias* e pense em usar a metodologia dos mexicanos para desvendar os mistérios da Amazônia.

NOTA

¹As preocupações mencionadas integram os objetivos da *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica* (MEC/SEB) que, na UFPA, mantém o Programa Educimat – Formação, Tecnologias e prestação de Serviços em Educação e Ciências e Matemáticas no qual coordeno a área de Educação Indígena. Dentro da proposta finalizamos há pouco o livro: Beltrão, Jane Felipe e Mastop-Lima, Luiza (orgs.) *Matemáticas. No plural! Saberes matemáticos indígenas e sistemas de aferição*. Belém, Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI), 2009, no qual arqueólogos, antropólogos, pesquisadores indígenas e físicos “de plantão” aceitaram o desafio de narrar as belas histórias de matemáticos de povos desaparecidos e viventes na tentativa de chamar atenção para uma interessante e estruturada área de conhecimento, desconhecida no mundo Ocidental.



DEM DO BAIRO DO JURUNAS: SOCIABILIDADE E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM ESPAÇO URBANO, por Carmen Izabel Rodrigues. Belém: Editora do NAEA, 2008, 352p.

Breno Rodrigo de Oliveira Alencar. Mestrando Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFPA.

O livro analisa formas de sociabilidade e construção de identidades entre migrantes ribeirinhos no bairro do Jurunas, localizado na cidade de Belém, Pará. É o resultado de uma tese de doutorado que discute não apenas o processo de transferência do migrante para o espaço urbano, mas o sujeito migrante em seu itinerário social, que através de suas práticas cotidianas constrói e reconstrói suas identidades.

Situando-se no grande cenário da antropologia social, a obra destaca relações sócio-espaciais em nível local, regional e mundial, partindo das experiências de fluxo e contato entre o mundo rural e o urbano. A autora enfatiza que a cultura popular presente no imaginário da coletividade jurunense se expressa através das festas juninas, festas de santos católicos nas ruas e nas quadras das igrejas, nos rituais de umbanda e mina em casas constituídas para esse fim. Como alegoria utilizada para interpretar estas performances a autora seleciona o mais importante símbolo local, a escola de samba *Rancho Não Posso me Amofiná*, cuja expressão e referência para seus habitantes é uma cristalização de seu imaginário social.

Tornando-se exemplo de um estudo antropológico *na* cidade, e uma versão sociológica de sociabilidades festivas, o livro trata de visões de mundo situadas no interior do espaço urbano e, por essa razão, aborda os imaginários que atribuem sentido as experiências sociais vivenciadas neste ambiente.

A introdução destaca a produção incessante das festas, peculiares a cultura local, cuja finalidade é colocar em operação redes de relações de parentesco, amizade e vizinhança. Com base nelas os sujeitos constroem a si mesmos como habitantes de um espaço próprio, um lugar onde vivem sua vida, reproduzem suas práticas cotidianas e garantem seu direito à cidade. Festas, portanto, não são, segundo a autora, puro gasto de energia e dinheiro, mas permitem certa reflexividade, no sentido de uma atualização da vida cotidiana, de uma conscientização acerca de temas e problemas de interesses dos moradores do bairro (p. 261).

Em termos metodológicos a abordagem dos estudos urbanos enfatizada no texto entende que os princípios que regem a antropologia pós-moderna não estão distantes dos métodos usados pela literatura clássica da disciplina, uma vez que busca explicações para o significado dos comportamentos individuais e a diversidade cultural presentes nos diferentes espaços sociais. Neste sentido, a *nação jurunense*, como destacado pela autora, serve como categoria de análise para se entender auto-afirmação e auto-valorização do bairro e de seus moradores, mas também como uma moeda valiosa que circula no interior do bairro.

Baseada numa concepção híbrida de interações sociais o texto passa a discutir em seu capítulo 1 (“Entre as fronteiras: identidades e culturas na modernidade”), de caráter eminentemente teórico, a importância das fronteiras na definição de cultura. Com base nesse

pressuposto é possível verificar que as transformações geradas pelos processos de globalização atingem os povos de diferentes formas e borram, por assim dizer, as margens que separam os grupos e os indivíduos. Chama atenção a discussão acerca dos personagens que sempre estiveram na periferia dos grupos, como mulheres, negros, africanos, demonstrando que houve um deslocamento significativo dessas fronteiras historicamente construídas, de forma que passaram a colocar em cheque as teorias e conceitos produzidos por grupos e centros hegemônicos.

A ambigüidade dessas novas fronteiras culturais revela também elementos de análise sociológica importantes para a compreensão de sistemas transnacionais. Verifica-se, segundo a autora, que a mestiçagem na América Latina, não sendo homogênea, introduz, “zonas de fronteiras, zonas de contato, zonas de penumbra, zonas estranhas, ‘emblemáticas dos mundos intermediários em questão’” (p. 44) que exigem do senso crítico do investigador noções que vão além das categorias fixas do pensamento humano. Essa característica torna as identidades plurais, identificações em curso, mas que exigem do observador o cuidado de “conhecer quem pergunta pela identidade, e em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (p. 46)

Referindo-se a Simmel (1983), a autora destaca que a sociabilidade – uma forma autônoma ou lúdica de socialização – indica que a festa é uma obra coletiva da sociedade sobre si mesma capaz de operar uma síntese de mediações entre

diferentes dimensões culturais, categorias e símbolos. A teia de símbolos envolvendo os migrantes sinaliza, pois, que as festas são uma tradução de suas experiências sociais, uma forma de interpretar seu rito de passagem das zonas rurais do interior da Amazônia para a cidade cosmopolita. Elas transformam-se em laços que ligam o tradicional ao moderno, contribuindo para a alteração da paisagem e produzindo híbridos, sincretismos, em que se abre espaço para produção de novas identidades culturais.

O capítulo 2 (“À beira do Rio Guamá: um bairro em movimento”), um recorte sócio-histórico que analisa o surgimento, a formação e a estrutura social da população e do bairro em que se deu o estudo, chama atenção para o processo de periferação do espaço urbano e sua conseqüente relação com a produção de identidades contrastantes. Nesse âmbito destaca-se a importância da migração e agência cabocla, esta última se referindo às diversas estratégias de movimento e fluxo capazes de gerar conexões a partir de outras conexões, e que contribuiu para o processo de ocupação do bairro, pois resulta da articulação entre grupos e da manutenção de vínculos. Esta noção destaca-se ainda por ser uma importante categoria de análise, permitindo interpretar os movimentos do sujeito migrante em direção à cidade, suas estratégias para se inserir, trabalhar, morar, casar e se estabelecer, e que podem ser lidas como um conjunto de práticas para conquistar e garantir o seu lugar no cenário urbano, mesmo que de for-

ma fragmentária e periférica.

A ausência de uma infra-estrutura para a ocupação do bairro, condicionada pelas distinções étnica e de classe, contribui para a produção de um imaginário ambíguo, onde, se por um lado há uma profunda valorização das redes sociais entre os seus habitantes, por outro, há a visão de que o bairro é perigoso, o que lhe condiciona uma identidade marginal no cenário urbano local. Tal imaginário se constituiu no interior das relações sociais estabelecidas entre seus habitantes e os habitantes do bairro de Batista Campos, que ao contrário do Jurunas é considerado elitizado e ocupado por pessoas com elevado poder aquisitivo.

Compreendendo o bairro como um grande mercado de trocas de bens materiais e simbólicos ou um espaço de encenação da vida cotidiana, o capítulo 3 (“*Vem do bairro do Jurunas: a identidade jurunense e as festas*”) enfatiza que a ritualização da vida cotidiana no Jurunas se dá pelas festas e o conjunto de elementos que lhe dão sentido, como as diversas aparelhagens que existem no local, dentre elas Tupinambá e Príncipe Negro.

Ocupando-se de analisar a função social da festa, a autora vê nas práticas culturais jurunenses uma forma de expressão e uso da cidade, que dentre outras características reivindica a sua posse, seu pertencimento, e engloba esferas de sentido, transcendência, política, lazer, estética, tradição, trabalho, etc. Sua ênfase recai sobre a escola de samba *Rancho Não Posso me Amofiná*, como lugar de sentidos, demonstrando

que o mesmo corporifica a identidade jurunense em sua (re)construção positivada; logo ser do Rancho é ser Jurunas.

O capítulo 4 (“A nação jurunense: cultura, tradição e identidade no samba”) é destinado à compreensão da trajetória ranchista – designação que se refere a escola de samba Rancho Não Posso me Amofiná. “Ser ranchista, no contexto do samba, significa fazer parte de uma longa tradição...” (p. 172) o que significa dizer que participar da história da constituição da escola de samba é fazer parte de sua memória, compor o quadro de seu imaginário coletivo. Desse modo, o Rancho é uma exposição contínua da identidade jurunenses que se lembra sempre das suas origens, exaltando o passado como se explicasse sua existência no presente.

Os dois eventos que marcam a história ritual do Rancho correspondem aos títulos obtidos nos anos de 1958 e 1984, respectivamente, primeiro concurso oficial do Estado e cinquentenário da escola. São momentos de afirmação ritual que correspondem, na concepção da autora (apud Leach, 1972), a rituais condensados, performáticos (apud Tambiah, 1985; e Connerton, 1989), nos quais os participantes identificam traços, ao mesmo tempo, de uma tradição e identidade cultural. A nação constitui-se assim como uma estrutura de sentimento (de pertencimento), um evento real, social e narrado.

A obra segue com o exame, no capítulo 5, das “Festas Populares na Amazônia: tradições urbanas, mestiças, modernas”, destacando que no Brasil

o contexto colonial facilitou a fusão de mitos e tradições européias, ameríndias e africanas, contribuindo assim para a produção e disseminação de seres e credos híbridos em diferentes períodos da história local.

Incorporada as tradições que se expressam nas práticas culturais, esses mitos e credos se adaptaram a cidade. Para a autora as festas e ritos, oficiais ou não, sagrados ou profanos, que ocorrem no Jurunas segundo um calendário próprio, mas em harmonia com as práticas culturais coletivas da cidade “estabelecem um diálogo entre as formas tradicionais e canônicas de religiosidade e a vida cotidiana, secular e moderna, produzindo espaços não apenas de religiosidade, mas também reunião e de interação” (p. 222). Afirma-se ainda, que as festas urbanas, misturadas a diferentes formas de sociabilidade e lazer, repõem a tradição no interior de uma modernidade múltipla e periférica, típica de uma cidade amazônica no final do século XX, “com diferentes tempos recortados por espaços multidimensionais e diversos significados...” (ibid.)

O sexto e último capítulo do livro (“Entre parentes, vizinhos e amigos – redes de sociabilidade e *agência* jurunense”) trata das diferentes sociabilidades que atuam no contexto de produção cultural do carnaval jurunense, isto é, a amizade/parentesco e o interesse econômico, que por suas características contraditórias são explicativas da dinâmica e performatividade daquele cotidiano. Com base na definição de capital social de Bourdieu (1999), a au-

tora aprofunda sua análise indicando a existência de uma agência jurunense, que atua articulando os produtores culturais responsáveis pelo processo de elaboração festiva. Como reflete a existência de espaços de poder, tal agência faz emergir conflitos, que são provenientes dos diferentes interesses existentes entre os parentes, vizinhos e amigos que a constituem.

O capítulo finaliza chamando atenção para o Jurunas como um “lugar imaginado”, vivido e praticado, capaz de criar uma identidade local em função do fluxo e movimento de seus agentes. É um espaço que em alguns lugares lembra o interior, porque parece com o interior, mas ao mesmo tempo está na cidade, “um lugar moderno, cuja conquista exige um esforço contínuo que inclui trabalho, conhecimento e troca” (p. 274).

A (in)conclusão da obra adverte que a(s) identidade(s) está(ão) em permanente processo de construção/reconstrução e que isto deve se impor sobre visões binárias de rural/urbano, caboclo/citadino, sob o risco de haver simplificações ou cortes radicais no amplo processo em que está inserido o migrante. Não haveria, pois um antes e um depois, uma saída e chegada, mas um processo em que o migrante transforma-se em outro de si mesmo, e cuja sociabilidade festiva é uma característica desse movimento.

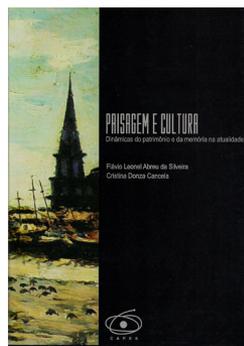
REFERÊNCIAS

Bordieu, P. 1999. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.

Connerton, P. 1989. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press.

Leach, E. 1972. Ritualization in man in relation to conceptual and social development, in *Reader in Comparative Religion*, organizado por W. Lessa & E. Vogt. New York: Harper and How [1966].

Tambiah, S. 1985. *Culture, thought and social action: an anthropology perspective*. Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press.



PAISAGEM E CULTURA: DINÂMICAS DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA NA ATUALIDADE, organizado por Flávio Leonel Abreu da Silveira e Cristina Donza Cancela. Belém: EDUFPA, 2009.

Bárbara Duarte de Souza. Estudante de Ciências Sociais/UFPA, Bolsista de Iniciação Científica/ CNPq.

A obra, organizada por Cristina Donza Cancela e Flávio Leonel Abreu da

Silveira, tem como finalidade fazer circular as reflexões sobre o tema da paisagem a partir de diferentes pontos de vista, debatidos no “II Fórum Temático Paisagem e Cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade”, entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2007 na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. No livro desponha o debate antropológico, no qual os artigos se complementam, se reforçam e marcam suas distinções. Antes, tenta-se indicar suas proposições na produção de uma análise pautada na antropologia da paisagem e, ainda, dispõe de uma breve documentação fotográfica, suficiente para prover de imagens as idéias elencadas, como resposta à exigência da percepção visual despertada pelo assunto.

Após uma introdução esclarecedora assinada pelos autores, que alerta para as considerações devidas a essa problemática, bem como à necessidade de percebê-la em movimento interdisciplinar, a arqueóloga Denise Schaan, da Universidade Federal do Pará - UFPA, oferece o absorvente ensaio “Paisagens, Imagens e Memórias da Amazônia Pré-Colombiana” acerca dos avanços nos estudos de arqueologia da Amazônia pré-colombiana, do potencial que descobertas recentes possuem para lançar novas hipóteses sobre a ocupação neste território, contestando as pesquisas tradicionais que afirmam a impossibilidade de o ambiente amazônico suportar sociedades complexas, pressupostos atualmente postos à prova com a descoberta dos geoglifos no Acre, dos tesos do Marajó e da ocupa-

ção dos Tapajós, locais em que a autora tem realizado suas pesquisas.

A autora reconhece que o estudo da paisagem é um meio eficaz para o alcance da análise das estratégias políticas, econômicas e sociais, que se refletem no modo pelo qual as populações modificaram o seu entorno, criando verdadeiras paisagens culturais com significados simbólicos particulares no passado e também no presente.

Tais discussões são acrescidas pela contribuição de Anna C. Roosevelt, da Universidade de Illinois, em capítulo denominado “Landscape Concepts of Amazonia: Prehistory to the Present”, que inicialmente revê diferentes abordagens às paisagens amazônicas para em seguida encorajar sua integração em uma única abordagem holística. A autora aproveita para revisitar a relação entre sociedades humanas e ambiente amazônico através do tempo, na abordagem da arqueologia ambiental que tem caracterizado suas publicações mais recentes, para ao final deter-se sobre as questões atuais em que ressalta o manejo indígena da floresta e condena governos e empresas por levarem adiante empreendimentos não sustentáveis.

Os estudos dos resquícios de ocupação humana explorados numa perspectiva que compreende a disposição espacial de suas construções para além de um sítio arqueológico também são empregados por Ana Cristina de Sousa (CEFET-BA), no estudo dos povoados de Cachoeirinha e Massaranduba, objetos de intervenção arqueológica para a implantação da UHE Itapebi no rio Je-

quitinhonha, na Bahia e ponto focal do capítulo “A ocupação de uma fronteira: arqueologia da paisagem no vale do Jequitinhonha (BA)”. A autora lança mão das agências individuais e coletivas com vistas a analisar os processos sociais nos contextos desses povoados; esta perspectiva significa a compreensão dessas dinâmicas a partir de ações cotidianas, do que ela denomina de “universos relacionais”. Desse modo, a autora propõe a análise da gênese destas localidades, por entender que elas revelam boa parte da complexidade de suas relações sociais, engendradas a partir da movimentação dos agentes em sua criação. Tais aglomerações têm sido relacionadas à atuação de agentes particulares e apreendidas a partir dos conceitos da Teoria da Agência, em que a interação sócio-econômica é percebida por meio da atuação de diferentes categorias e estratos sociais, cujas lutas entre os diferentes códigos de construção de significados criam, reproduzem e transformam as relações entre os agentes que compartilham de códigos de significados, podendo ser lidos nas disposições espaciais e na cultura material. A atuação dos indivíduos foi determinante para o desenvolvimento das dinâmicas sociais locais e regionais, sobretudo no que tange às relações de poder, que contribuíram para a construção de um modo de vida e de apropriação dos espaços. A dinâmica social de Cachoeirinha e Massaranduba são exemplos, segundo a autora, de ocupação acelerada, cuja promoção se deu principalmente por iniciativa particular. Disto decorre o povoamento com base na violência e

na arbitrariedade, amparada seja pelo domínio da legalidade, seja pelo poder local conciliado ao poder político e econômico de agentes particulares; em Cachoeirinha, tal situação ainda é acrescida pelo fato de localizar-se em área de fronteira de várias jurisdições administrativas, o que potencializa as transgressões e manifestações de insubordinação.

O contraste entre a memória evocada nas expressões de um passado e as relações entre os indivíduos participantes desse processo traz a discussão do patrimônio ao âmbito de um projeto de restauração e de revitalização do patrimônio edificado em Salvador, em “Por cima é balangandã, por baixo molambo só”, de autoria da arqueóloga Márcia Bezerra (Universidade Federal do Pará - UFPA). A prática da elaboração de paisagens imaginadas pelos moradores em meio às ruínas que, transformadas em edificações pela restauração, revela uma incoerência, visto constituir numa “invenção” de outra paisagem que rejeita as características que denotam os sinais do tempo em nome da estética do belo, configurando o que ela denomina de “paisagens protocolares”, em que são rompidas as conexões simbólicas da ruína, uma violência ao aspecto afetivo e à noção de comunidade partilhada pelos moradores. Como resultado da experiência da arqueóloga com a comunidade residente na extensão do âmbito do projeto de Educação Patrimonial e Arqueologia em uma área em processo de restauração/revitalização do Centro Histórico de Salvador, a autora

aponta a interdependência da objetividade/subjetividade na compreensão da paisagem arqueológica pela comunidade local (p. 65), e propõe pensar a dimensão social do patrimônio (p. 67), com vistas a considerar a coerência da apropriação das paisagens criadas pela lógica da revitalização que constitui um ato de violência que pressupõe a eliminação das marcas do tempo.

Em “A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar”, a complexidade dos estudos antropológicos de paisagem, no que concerne às dimensões que alcança, é levada a termo por Flávio Leonel Abreu da Silveira, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como desenvolvimento das preocupações apontadas na introdução da obra. O autor constrói suas considerações acerca do tema da paisagem a partir do diálogo com diversos campos do conhecimento, por entender que tal conceito encerra inúmeros sentidos, defendendo a idéia de que toda paisagem é resultado da cultura, tendência acompanhada pelos demais autores desta publicação, que divergem da perspectiva geográfica sobre as chamadas “paisagens culturais”, pois, segundo o autor, esta perspectiva tende a conceber a cultura como um agente modelador, em que o ecossistema seria “um produto complexo de tal interação” (p. 71). Assim, mesmo a idéia de realidade emerge como um fenômeno cultural e, ainda, a “domesticação das paisagens” enquanto cenários criativos ainda é compreendida aqui como associada a uma dimensão sensível e emocional por parte do hu-

mano. A representação da paisagem também é a representação do próprio humano, visto ser a unidade em relação aos demais elementos do cenário e, estando os fenômenos da paisagem imbricados tanto no potencial de agência do ser humano sobre a natureza quanto na possibilidade de esta modelá-lo, é imperioso destacar que desta dinâmica de intercâmbio o homem redefine a paisagem construindo categorias de pensamento que fornecem condições para sua própria interpretação sobre o meio que o cerca (o complexo assimilação/acomodação de que trata mais adiante Ana Luíza Carvalho), para a formação de uma rede de significado. Esse vínculo com o meio bio-físico se configura, segundo o autor, por uma dinâmica eco-antropológica.

O debate apresentado por Flávio Silveira segue uma linha próxima das propostas de Cornélia Eckert (“As variações ‘paisageiras’ na cidade e os jogos da memória”) e Ana Luíza Carvalho da Rocha (“A poeira do tempo e as cidades tropicais, um ensaio interpretativo do patrimônio e as dinâmicas da cultura em sociedades complexas”), visto serem oriundos das experiências no projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que trata do tema da paisagem urbana em Porto Alegre. Cornélia Eckert parte para a compreensão da paisagem pela via da memória coletiva, por entender que esta tem o potencial de evocar as dinâmicas da vida coletiva, que por sua vez “concebem a trama da paisagem” (p. 89). Juntamente com Ana Luíza Carvalho,

criou uma prática de estudo para tratar da complexidade da vida coletiva por entendê-las circunscritas à paisagem urbana, cuja abordagem ainda é acrescida pela compreensão de que esta resulta da experiência temporal na memória compartilhada dos cidadãos nos espaços cotidianos. Apoiada em referências como as de Pierre Sansot, George Simmel e Simone Maldonado, a autora concebe a paisagem como uma resultante de um sistema de trocas de ordem subjetiva efetiva entre o lugar e o imaginário humano, que se expressa na percepção do sujeito sobre o sensível, despertados naquele os sentidos acionados pela memória coletiva. Os seres humanos respondem às sensibilidades evocadas pela paisagem, respondem informados pelo imaginário que compartilham, construído sobre aquele lugar. A reflexão sobre as paisagens urbanas ainda exige, aqui, a associação entre a motivação individual com a duração no social, visto que, em contextos urbanos contemporâneos, devem-se considerar ainda suas múltiplas interfaces coletivas, bem como a variedade das formas socializadoras em que os sentidos coletivos são criados e recriados, fenômeno que, pelo seu próprio movimento, compreende o conflito oriundo das variações das formas sociais na construção da paisagem pelo ser humano; esta corresponde à cultura individual e, neste ponto, Cornélia Eckert adverte, apoiada em Simmel, que “o excesso de idealização de paisagem acaba por objetivá-la como genérica” (p. 91) sendo apropriada como objeto de política cultural e esterilizada ao ser conservada como

monumento, dentro dos rigores da estética, mas “interditado às formas de reciprocidade cotidiana” (p. 92), fato que é ordinariamente apresentado nas demais produções do livro, como a de Márcia Bezerra.

Seguindo a mesma linha, Ana Luiza Carvalho expõe suas reflexões, agora também baseadas em Bachelard, sobre o debate do tema do patrimônio e da memória na sociedade brasileira pensando a estética urbana segundo os pressupostos da “intuição do instante” e da “dialética da duração”, como resultado das formas de vida de seus habitantes, dos estilos específicos de vida informados pela memória entre eles. A autora sustenta que memória e patrimônio nas grandes sociedades urbano-industriais respondem a uma estética da desordem, resultado das motivações simbólicas de instantes descontínuos que orientam a experiência humana. No Brasil, a civilização urbana pautada no mito do progresso, consolidou-se em detrimento dos gestos fundacionais do querer-viver no Novo Mundo, nítido exemplo de tempo descontínuo, de diferentes comportamentos estéticos resultantes das diferentes formas de sociabilidade num espaço que se pretende moderno e contemporâneo. Tal como Cornélia Eickert e Flávio Silveira, Ana Luiza Carvalho compreende o imaginário como sendo resultante “da assimilação e da acomodação dos gestos e das motivações de seus habitantes em face do meio cósmico e social” (p. 107) e que no Brasil, se configura através de variadas manifestações estéticas cujos símbolos remetem ao caráter dis-

forme e “monstruoso” de suas formas, como ela mesma se manifesta.

A memória é evidenciada muito próxima dos sentimentos atribuídos ao espaço nos trabalhos de Julie Cavignac (“Os lugares da memória”) e Manuel Ferreira Lima Filho “Paisagens patrimoniais e o jogo do tempo em Williamsburg e Ouro Preto”). No primeiro, a autora, da Universidade Federal de Rio Grande do Norte –UFRN, alia as versões oficiais da história da formação de Boa Vista dos Negros no Rio Grande do Norte às narrativas, entendendo-as como marcas memoriais que podem explicar a presença dos membros de um grupo no local, partindo de uma perspectiva teórico-metodológica estruturalista, que compreende as narrativas, os mitos ou o ritual como cruciais para que se entenda a lógica da dinâmica do próprio grupo, expressada por meio dos gestos, das expressões lingüísticas, das técnicas, pelas representações simbólicas, pelos usos do espaço, etc. (p. 148).

O estudo de Manuel Ferreira Lima Filho (Universidade Católica de Goiás-UCG) concentra-se na análise das representações mentais do espaço e do tempo dos sujeitos sociais, com ênfase em suas narrativas e significados da cultura material em duas cidades consideradas patrimoniais, Ouro Preto, em Minas Gerais, e Williamsburg, no Estado da Virgínia, nos EUA, considerando as manifestações culturais e de memória coletiva como diretamente ligadas aos temas de patrimônio cultural e nação. Tais locais são investigados na perspectiva antropológica que o autor

apresenta como sendo investigação *cross-cultural*, que implica em um exercício comparativo. O capítulo enfoca, sobretudo, a questão do patrimônio, definido aqui como inicialmente relacionado à propriedade de alguém, família ou grupo, mas que posteriormente migra para a noção de nação, visto constituir-se na representação das narrativas nacionais como memórias autênticas sobre um passado que deve ser reconhecido e construído através de políticas públicas nacionais e/ou internacionais, como as várias intervenções das Nações Unidas. No caso de Williamsburg este passado não está prescrito necessariamente na conservação de uma ruína, como no caso de Ouro Preto, mas inclui também as réplicas e os esforços para reconstruí-lo, como um suporte material para um sentimento de identidade nacional, que deveria fazer alegorias ao século XVIII, palco da Revolução Americana e dos fundadores da democracia, cuja promoção se deveu principalmente por entes privados, baseados em uma organização voluntária associada a fundos governamentais. Estes reproduzem o sistema de segregação numa ideologia que obscurece as formas culturais materiais erigidas pelos afro descendentes, a exemplo da Primeira Igreja Batista Africana e da Igreja Batista Monte Ararat, ambas agremiações religiosas, removidas com o pretexto de não consistirem em construções “originais” do séc. XVIII (p. 169).

Mesmo em Ouro Preto o autor informa sobre a existência do ideal de embranquecimento nas narrativas so-

bre as histórias patrimoniais da cidade, se bem que menos radical do que o ocorrido em Williamsburg, graças, principalmente, às iniciativas dos ex-escravos de cultivar suas identidades com um tratamento especial das condições simbólicas oferecidas pela religião católica, expressas, sobretudo na articulação de inúmeras irmandades dos pretos, características que, associadas a outras formas de resistência étnica e cultural, respondem pelo espaço alcançado pelos afrodescendentes na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de Santa Ifigênia do Alto da Cruz, ambos exemplares importantes do barroco de Ouro Preto (p. 174). O autor denomina de verdadeiro congelamento as ações de proteção e/ou conservação empregada em ambas as localidades para a preservação da memória; tal fenômeno é compreendido aqui como manifestação das dinâmicas culturais que compreendem conceitos que acabaram por se cristalizar, seja na réplica ou ruína, em hierarquias sociais (p. 174).

Avançando um pouco mais na cronologia histórica, Alexandre Fernandes Corrêa, da Universidade Federal do Maranhão, faz em “Dinâmicas das paisagens, dos patrimônios e das memórias sociais na atualidade” uma discussão sobre as memórias sociais e urbanas na atualidade e as condições em que a gestão das paisagens é desenvolvida, a partir de uma análise propositalmente “exagerada dos dados” da pesquisa, que os avalia até as últimas conseqüências lógicas (p. 179). As paisagens culturais urbanas de Cen-

tros Antigos das metrópoles brasileiras, alvo das pesquisas do autor (Rio de Janeiro, Recife, Olinda, São Paulo e São Luís), bem como os processos sócio-culturais identificados, resultam de um movimento de “turistificação”, ou seja, do uso do turismo como vetor de desenvolvimento sócio-econômico eminentemente tecnocrata, expressos, sobretudo, nos processos de “patrimonialização”, que enquadra o espaço urbano num padrão mundial (p. 181).

Segundo o autor, essa cena preservacionista é fruto da função da técnica exercida no sistema capitalista, que investe algumas manifestações culturais de uma aura “autêntica” com vistas à obtenção de lucro, à semelhança da engenhosidade de Dédalo, personagem lendário que, pelo poder desmesurado, acaba sendo levado à catástrofe. O axioma que prescreve o turismo como sinônimo de desenvolvimento é tão desastroso quanto o labirinto de Dédalo, pois condiciona os indivíduos à estética fetichizada da “turistificação” de todos os bens culturais (p. 188) e origina um ciclo de esvaziamento progressivo dos sentidos e dos usos dos espaços urbanos e das paisagens culturais (p. 182), sem observância à dimensão social do patrimônio como preconizou Marcia Bezerra. Neste ponto, o autor se apóia em alguns intelectuais contemporâneos que evidenciam a falência da sociabilidade numa sociedade cada vez mais individualista (p. 180) cujos apelos sentimentais de quem supostamente “ama o passado” justificam as práticas da empreitada tecnocrática, cuja intervenção se distancia cada vez mais do coti-

diano e da vivência social mais concreta (p. 180), precisamente pelo fato de se evocar as referências ao passado direcionada ao consumismo passivo das classes médias ávidas por novos espaços e símbolos que encenam um modo de estetização do passado, à revelia das classes subalternas e diretamente afetadas, excluídas das instâncias de decisão para a implantação desses projetos. Como alternativa ao enclausuramento do passado, o autor propõe que se discuta a respeito das respostas ético-políticas no enfrentamento dos efeitos da globalização, no caso, no confronto na cena preservacionista que se torna um risco quando não há investimento na criatividade e na troca de experiências simbólicas comunitárias (p. 189) primando pelo equilíbrio entre estes dois lados, com consciência reflexiva na análise das dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade, de modo que se construa novos quadros de referências políticas e éticas dos problemas relacionados aos acervos culturais e naturais em risco de desaparecimento (p. 185).

Os ensaios finais do livro abordam a problemática da obra no contexto da cidade de Belém, e iniciam-se com as discussões da arquiteta Cybelle Salvador Miranda, da Universidade Federal do Pará - UFPA, que em “Entre a cidade velha e a Feliz Luzitânia: visões sobre o patrimônio cultural em Belém”, exemplifica muito claramente as questões levantadas por Alexandre F. Corrêa, ao mostrar a problemática do tombamento no caso da revitalização do colonial na Cidade Velha, refor-

çando a tese de que na modernidade os vestígios do passado surgem como objetos de consumo, e emergem como ruínas que “restauradas como no espaço original” transformam-se num espaço desértico (p. 209). As intervenções desagregam valores tradicionais a pretexto de restaurar não só as construções e objetos, mas uma perspectiva idealizada do espaço (p. 211). Além da banalização destes ambientes, este processo de preservação de espaços históricos reformula significativamente os espaços e, no caso apresentado, a iniciativa acabou privilegiando os moradores que podem manter suas casas, em detrimento dos que vivem em casas “descaracterizadas”. A partir da experiência com os moradores da área, a autora pôde observar que a maneira de pensar sobre a revitalização do bairro diverge consideravelmente das pretensões dos técnicos de preservação, que pretendem espaços excepcionais, enquanto que aqueles pensam o patrimônio como a vivência que se tem dele. Assim, a arquiteta aponta para a relação próxima existente entre o morador e o espaço, visto fazer parte da própria narrativa da paisagem.

Em “Paisagens e trajetórias na Belém da economia da borracha”, Cristina Donza Cancela (Universidade Federal do Pará - UFPA) oferece um panorama acerca das mudanças verificadas em Belém no período de expansão da economia gomífera entre os anos de 1870 a 1920, momento em que o elegante primeiro bairro da cidade perde lugar para as avenidas centrais largas e valorizadas, configuradas a partir de

uma nova concepção de espaço, higiene e civilização, as quais se atribuía prestígio e condição social. A partir dos registros dos noticiários da época e de outras fontes históricas, a autora aponta para a relação dos trechos de ruas em função de seus moradores, que imprimiam identificações ao espaço, referências e vivências (p. 223), marcadas pela convivência concomitante de costumes modernos e antigos, de símbolos de riqueza e prestígio em interação com as famílias pobres, contrastando com a modernidade.

O momento também é palco das representações do pintor Theodoro Braga, cuja trajetória artística é descrita por Aldrin Moura de Figueiredo (Universidade Federal do Pará - UFPA) em “A pintura da história: patrimônio e paisagem na Amazônia: 1890-1910”, que afirma que o referido pintor fazia parte da elite intelectual paraense da época, que via na pintura da paisagem um pretexto especial enunciador de civilidade (p. 231). O autor apresenta esta forma de ver o mundo apreciado no exercício intelectual, que destacava o exotismo da sociedade humana ajudando a construir imagens sobre as culturas pelo modo como são representadas. A Amazônia foi alvo de olhares de pintores como Ernst Vollbehr que investiu na representação deste campo ao estilo das técnicas e representações pictóricas européias, quadro esse que foi inovado por Theodoro Braga, seu contemporâneo, que inaugurou outra concepção de obra nas artes plásticas na Amazônia, imprimindo-a de um contexto histórico, sobretudo das origens da capital

do Pará a evocar a construção de uma nova identidade regional angulada pelo campo visual (p. 237), a exemplo da tela histórica narrando a fundação de Belém, trabalho este que trouxe uma nova leitura das artes plásticas na região com o estilo denominado “neo-marajoara”, em que fica evidente a exploração de temas ecológicos com a representação de uma vegetação magnífica.

Como remate desta obra muito oportuna, as telas de Theodoro Braga resumem o conteúdo revelado do qual se ocupam as exposições arranjadas ao longo do texto, como exemplo de representação mental informada pela memória, pela dinâmica sócio-cultural. Em uma espécie de primeiro plano, os artigos ampliam o campo de visão acerca do tema, em colaboração inestimável à construção de conhecimento na área e, em comum, há uma advertência enérgica sobre a importância do estudo da paisagem como modo de se aferir os significados e as lutas da localidade na rede de sociabilidade, com observância ao convite da memória para as investigações das dinâmicas no espaço, movimento muito interessante e assaz conveniente para aqueles que se inclinam aos estudos antropológicos e mesmo para os que têm interesse em explorar a dimensão profícua dos estudos que meditam sobre a relação do espaço com as ações humanas.